



# Lei N.º 3427 de 12 de outubro de 1976

Autoriza o Chefe do Executivo a contratar com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) operação de crédito até a importância de Cr\$ 15.000.000,00 e dá outras providências.

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a contratar com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) operação de crédito até o valor de Cr\$ ..... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) por prazo não superior a 10 (dez) anos, juros não superiores a 10% (dez por cento) ao ano, correção monetária e demais condições estabelecidas pelo BNB.

Parágrafo Único - A correção monetária será a mesma utilizada para as obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) se outros critérios não forem fixados pelas Autoridades Monetárias do País.

Art. 2º - Os recursos oriundos da operação de crédito a que se refere o Art. 1º serão aplicados na construção da sede do Corpo de Bombeiros de Teresina e na aquisição dos equipamentos necessários ao seu normal funcionamento.

Art. 3º - Em garantia do financiamento, o Estado cederá ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. parcelas das quotas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), as quais ficam vinculadas à operação de crédito em montantes anuais necessários para amortizar as prestações do principal e os acessórios da dívida, na forma dos arts. 57 e 72 da lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e do artigo 12, § 1º, do Decreto nº 69.775, de 13.12.71.

Art. 4º - Anualmente, a partir da proposta orçamentária de 1977 o Orçamento anual consignará verbas próprias para a amortização das prestações do principal e os acessórios da dívida e para atender os compromissos da contrapartida de recursos próprios na fase da execução do projeto.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, em adicional ao Orçamento vigente, créditos especiais até a importância de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito a que se refere o art. 1º e que se vençam neste exercício, bem como para assegurar a participação de recursos próprios no financiamento das inversões previstas no art. 2º desta Lei.



# Lei N.º 3427 de 12 de outubro de 1976

Autoriza o Chefe do Executivo a contratar com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) operação de crédito até a importância de Cr\$ 15.000.000,00 e dá outras providências.

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a contratar com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) operação de crédito até o valor de Cr\$ ..... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) por prazo não superior a 10 (dez) anos, juros não superiores a 10% (dez por cento) ao ano, correção monetária e demais condições estabelecidas pelo BNB.

Parágrafo Único - A correção monetária será a mesma utilizada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) se outros critérios não forem fixados pelas Autoridades Monetárias do País.

Art. 2º - Os recursos oriundos da operação de crédito a que se refere o Art. 1º serão aplicados na construção da sede do Corpo de Bombeiros de Teresina e na aquisição dos equipamentos necessários ao seu normal funcionamento.

Art. 3º - Em garantia do financiamento, o Estado cederá ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. parcelas das quotas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), as quais ficam vinculadas à operação de crédito em montantes anuais necessários para amortizar as prestações do principal e os acessórios da dívida, na forma dos arts. 57 e 72 da lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e do artigo 12, § 1º, do Decreto nº 69.775, de 13.12.71.

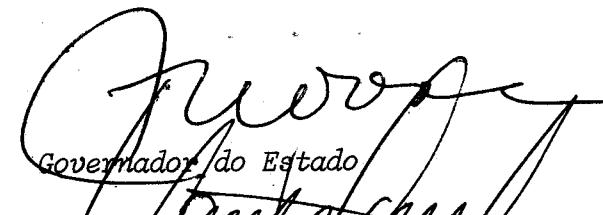
Art. 4º - Anualmente, a partir da proposta orçamentária de 1977 o Orçamento anual consignará verbas próprias para a amortização das prestações do principal e os acessórios da dívida e para atender os compromissos da contrapartida de recursos próprios na fase da execução do projeto.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, em adicional ao Orçamento vigente, créditos especiais até a importância de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito a que se refere o art. 1º e que se vençam neste exercício, bem como para assegurar a participação de recursos próprios no financiamento das inversões previstas no art. 2º desta Lei.

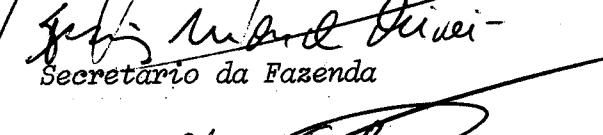
Art. 6º - Fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BND), na categoria de datário, autorizado a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento daquele que for devido por força do contrato de empréstimo de que trata o art. 1º.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 12 de outubro de 197

  
Governador do Estado

  
Secretário do Governo

  
Secretário da Fazenda

  
Secretário do Planejamento

Art. 6º - Fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), na condição de man-  
datário, autorizado a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados  
na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que

*[Assinatura]*

lhe for devido por força do contrato de empréstimo de que trata o art. 1º.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as dispo-  
sições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 12 de outubro de 1976.

*J. P. G.*  
Governador do Estado

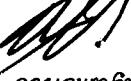
*[Assinatura]*  
Secretário do Governo

*José Mamede Duwei-*  
Secretário da Fazenda

*Romildo Salazar*  
Secretário do Planejamento

Art. 6º - Fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), na condição de man-  
datário, autorizado a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados  
na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que

*[Signature]*

  
datação, autorizada a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento de que

Art. 6º - Fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), na condição de man-  
datário, autorizado a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados  
na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que

*CBN*

ARTIGO 6º - DA EXECUÇÃO

Art. 1º - A execução da lei terá prazo de 120 dias contados da publicação da mesma no Diário Oficial da União, para que sejam feitos os ajustes necessários ao seu cumprimento.

Art. 2º - O presidente da República poderá prorrogar o prazo estabelecido no artigo anterior, mediante decreto, por período de 60 dias.

Art. 3º - O presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 4º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 5º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 6º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 7º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 8º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 9º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 10º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 11º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 12º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 13º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 14º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 15º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 16º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 17º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 18º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 19º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 20º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 21º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 22º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 23º - O presidente da República poderá autorizar a utilização de recursos vinculados ao pagamento das dívidas da União, para fins de execução da lei.

Art. 6º - Fica o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), na condição de mandatário, autorizado a receber nas fontes pagadoras competentes, os recursos vinculados na forma do artigo 3º desta Lei, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que

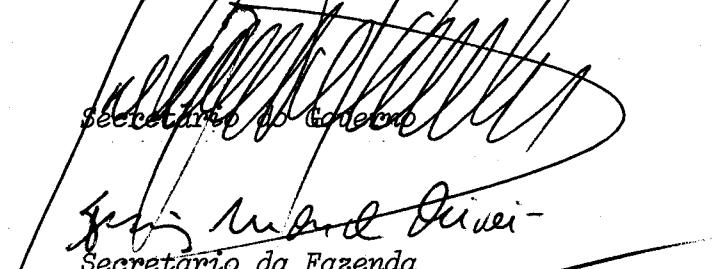
*IBGE*

lhe for devido por força do contrato de empréstimo de que trata o art. 1º.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 12 de outubro de 1976.

  
Governador do Estado

  
Secretário do Gabinete

  
José Mário da Veiga  
Secretário da Fazenda

  
Arnaldo Salazar  
Secretário do Planejamento